

Notas e Resenhas

RIO CLARO, SEMANAS DE OUTONO. COMO ENSINAR “HPG” EM SESSENTA HORAS? (RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NÃO INCOMUM)

GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 365-387, mai./ago. 2008.

Chaque page, chaque oeuvre doit être relue en considération du moment où elle a été écrite.

(Pierre George)

Por um período que se estendeu entre os dias 5 de Março e 27 de Junho de 2007, assumimos duas turmas de primeiro-ano do curso de Geografia da UNESP, Campus Rio Claro. Coube-nos ministrar “História do Pensamento Geográfico” (HPG), para classes dos períodos diurno (Bacharelado) e noturno (Licenciatura). Nesta ocasião – tal como numa precedente (entre os mesmos meses, em 2005) –, substituímos o docente então responsável pela disciplina, Professor Doutor José Carlos Godoy Camargo; quem, gentilmente, nos confiou a responsabilidade.

Honrosa, a experiência previa, contudo, um detalhe aflitivo. Há pouquíssimas obras que, em língua portuguesa, tratem precisamente dos temas atinentes à disciplina. Ademais, nas referências disponíveis (em geral, volumes de tamanho modesto) seu leitor fica sujeito a uma versão demasiado concisa das transformações e dos episódios a elas referentes – no final, nada menos que os dois objetos da disciplina HPG; e que seria bom esclarecermos antes de seguir.

Se formos arriscar uma enunciação-síntese (buscando, porém, não sacrificar o sentido mais genuíno), podemos dizer que “pensamento geográfico” (*pg*) significa uma conjugação de postulados que “se afinam”, porquanto se reportam a uma espacialidade e a potenciais relações inscritas ou mantidas com espaços exteriores. Deste modo, a idéia de *pg* é, fatalmente, resultado de uma abstração. Noutras palavras, é efeito de conjecturas que deverão estar mutuamente implicadas. Por exemplo, estas: 1ª) há uma espacialidade em questão (o meio, o lugar, etc.); 2ª) dela se pode falar de uma maneira específica (os pressupostos e a linguagem pela qual eles são pronunciados); e 3ª) ela, para se manifestar, está na dependência de que ocorram trânsitos e definam-se interfaces. Daí que as historiografias dos *pg*'s (atestadas, sobretudo pelo aparecimento de Dissertações e Teses afins) são, muito previsivelmente, feitas com o enfoque de um ou vários aspectos da supracitada conjugação. Ou seja, enquanto linha de pesquisa, a HPG pode ser o estudo (monográfico) de um ou (miscigenado) de vários dos seguintes temas: a filosofia subjacente ao pensamento (positivismo lógico?); o contexto favorável a sua propagação (regimes sensíveis ao planejamento territorial?); os conceitos que lhe compõem a estrutura (modelos analógicos?); as técnicas expressivas de sua operacionalidade (rotinas estatísticas?); os autores seus principais representantes (professores universitários?); as instituições suas promotoras (entidades de classe?); os ideários por ele veiculados (ideologia cientificista?); as formas de transmissão que o difundiram (criação de periódicos?); e/ou as “derivas”, comprovadoras do dinamismo epistemológico (rupturas de paradigma que, em geral, alargam o espectro de “escolas de pensamento”).

Diante deste temário, que mostra quão extenso é o domínio da disciplina, é mesmo natural que os manuais disponíveis não dêem conta de contemplá-lo. Pois que, teoricamente, teriam de coordenar os dois ângulos através dos quais os *pg*'s se deixam avaliar: o historiográfico e o epistemológico. Portanto, com aquele comentário de que a literatura doméstica não satisfaz

os estudos que se queiram mais minuciosos, não estamos censurando sua autoria (MORAES, 1981; ANDRADE, 1987 – duas das obras mais recorridas). Decerto que ela cumpre o obséquio de abrandar a rarefação bibliográfica em nosso idioma. Ela, inclusive, tem (dependendo da data de edição) no mínimo o mérito moral da iniciativa. Por outro lado, a boa-fé que, sem dúvida, há de ter motivado sua produção, não a livra de um estigma derivado do juízo particularmente frequente nessa autoria: alinhados (à época das primeiras-edições, pelo menos) a um viés interpretativo chamado “crítico”, oferecem ao leitor uma avaliação reducionista de algumas rupturas no *pg*. Por conseguinte, dado o referido alinhamento, é automático o convite a que pensemos a Geografia enquanto uma “super-ciência”, heroína olímpica em sua causa denunciante. Em suma, os leitores ficam reféns de abordagens, simultaneamente, reduzida e reducionista.

Percepção espontânea, vimos que o mais acertado seria falar aos alunos sobre *pg* pelo que nos dissessem autores possíveis de vincular às escolas de pensamento. Isso quis dizer: ao invés de optar pelas obras modestas que tratam diretamente da HPG (pelos compêndios, numa palavra), recorrer ao expediente da leitura pontual de nomes associáveis àquelas transformações e episódios aludidos há pouco. Bem, mas além desta opção significar um pequeno artifício – a fim de fugir da leitura exclusivista –, a subversão de uma escolha mais simples traria (era nossa aposta!) a chance de um exercício reflexivo com maior grau de exigência. A impressão nos pareceu óbvia: os alunos, então, não estariam reféns de uma versão pronta da História.

Este “plano”, digamos assim, foi concebido às vésperas de nosso primeiro encontro com eles. Logo, também podemos dizer, foi uma medida praticamente inopinada; continente de riscos. Entretanto, no decorrer das semanas, outras intuições e improvisos nos ocorreram; e muito por reflexo das respostas dos alunos, as quais (o *métier* docente exige) requerem ajustes de estratégia. Para falar a respeito delas (das semanas, das improvisações) decidimos redigir esta nota. Sentimos que o relato da experiência poderia vir a denotar mais do que um mero caso excêntrico ... monografia do encontro singular entre um professor substituído e duas classes primeiro-anistas. Na forma de descrições discretas, as quinze semanas comentaremos a partir de agora.

AS PREDEFINIÇÕES

Primeira semana. Utilizamos este encontro para, em linhas bastante gerais, caracterizar o objeto da disciplina. E o fizemos, procurando detectar, veladamente, o possível conhecimento que os alunos já pudessem ter de algumas idéias-chave facilitadoras: a perspectiva histórica das ciências (o “H”), o fato delas possuírem um código lógico (o “P”) e a ênfase possível de dar às teorias que falem de espacialidade (o “G”). Aproveitando para demarcar, de antemão, outras noções importantes (tais como, a relação entre Epistemologia e Filosofia da Ciência), tratamos de fazer ver que a HPG decorre de uma soma não-algébrica das três idéias-chave. Noutras palavras, que a disciplina – a ser “esculpida”, coletivamente, ao longo das próximas semanas – não iríamos construir mediante estudo tópico, isolado, dos contextos históricos (pura História), seguido do das linguagens científicas (pura Epistemologia) e, por fim, o da exploração da Terra (pura Geociência). Bem distinto disso, nosso propósito seria o de enxergar em cada um dos autores lidos, a manifestação de fatores que se trespassam; algo como: “o discurso *D* do autor *A*, lotado na instituição de ensino *I*, no país *P*, que experimentava os ares da época *E*, na qual as ciências *C* despontavam, facilitando respostas às questões angustiantes *Q*, o que significava possibilidade de recorrer a técnicas expeditas *T*, certa vulgarização do vocabulário *V* e ...”. Enfim, era imprescindível que esclarecêssemos a natureza essencialmente transversal e não-disjunta da disciplina.

Também neste primeiro encontro, tentamos justificar três decisões metodológicas. Uma delas, já mencionada, a ver com a opção de ler textos de diversos autores; textos cujo teor nos autorizaria a vinculá-los a escolas respectivas. Isso, em vez de ler apenas os textos pretensamente sintéticos, cujo autor faz as vezes de quem julga valor, circunstância e mérito dos episódios de mais de um século de história de ciência geográfica. (A exceção, porém, dos dois próximos encontros, nos quais exploraríamos capítulos, propositalmente, panorâmicos. Explicaremos em seguida.). A segunda decisão, a de iniciar com textos mais contemporâneos e, assim, “voltar no

tempo". Mais que isso, começar pelos autores brasileiros, e depois ler os grandes-nomes da cena internacional. As razões: frisar posturas e concepções dedutíveis de documentos textuais relativamente recentes; um ideário, portanto, que talvez possa provar a replicação ou transmissibilidade de alguns valores surgidos em discursos precusores. E, num fito basicamente similar, identificar virtuais heranças ou releituras (domésticas) de transformações sentidas, antes, em outros países, em autores-geógrafos estrangeiros. Por fim, a decisão de usar as próprias aulas como momento de leitura. Com o auxílio de um orador voluntário (sempre interrompido nos percursos por entre passagens sintomáticas – trechos bons sinalizadores de uma tendência teórica, por exemplo), aprender o modo científico de "ler os pensamentos" ... concomitantemente à ação de apreendê-los: identificando palavras-chave, grifando frases que sugerem o contato das palavras com o mundo exterior. Um "ateliê", onde fazer a escultura de que se falou antes.

HPG NUMA PRIMEIRA PANORÂMICA

Segunda semana. Neste encontro expusemos um capítulo contido em livro sobre epistemologia da Geografia Humana. Em virtude de carência bibliográfica, não tivemos muita escolha: o livro, organizado por Antoine Bailly (Professor na Universidade de Genebra, Suíça), ainda não tem uma edição em língua portuguesa; por isso, tivemos de protelar uma semana a primeira sessão de leitura compartilhada. É que o capítulo, redigido por Paul Claval (2004), importante nome francês em trabalhos historiográficos, sumaria excepcionalmente bem a evolução da Geografia. Ele – a quem, aliás, os franceses devem a reescrita de uma "História da Geografia" pós-Clozier (CLAVAL, 1995) –, em pouco mais de dez páginas, consegue abreviar muitos séculos sem grandes sacrifícios aparentes. Aparentes. Pois é lógico que nessas verdadeiras sinopses, há sempre perdas de detalhe. Detalhes aos quais a disciplina não pode se dar ao luxo de fazer vistas grossas. Mas, apesar da fatalidade, a opção por iniciar as exposições de conteúdo justamente com este capítulo tinha sua razão de ser. Pareceu-nos apropriado jogar dois parâmetros generalistas antes de adentrar propriamente no estudo tópico (via autor) das escolas geográficas. E o primeiro teria de ser Claval e esta sua "indisciplinada" abreviação. Pois com ela disporíamos de uma leitura estrangeira da evolução do pensamento geográfico. Leitura que seria útil não para acatar cegamente; senão que para desempenhar o papel de referência com a qual confrontar as informações a serem recolhidas nos textos autorais. E Claval, para esta finalidade, encaixava-se perfeitamente.

Seu capítulo é um mostruário honesto das tradições, das nuances, dos retornos. Desde o "científico", vigente na Antiguidade, ... até o "científico", vigorante em nossos dias, com as chamadas abordagens humanística e etnográfica. E "honesto" porquanto o autor não força nenhuma exposição segregadora. As escolas estão ali dispostas no sentido de comprovar o modelo interpretativo do qual Claval diz ser partidário: as ciências evoluem "por etapas" (que implicam alternância de crises e semi-consensos); não progridem por soma cumulativa (de noções e métodos). Então, seu texto-súmula, explicitamente kuhniano, não julga. O "valor" das fases do *pg* não está ali. O autor restringe-se a estabelecer os elos que as tornam produto condicionado à dinâmica social. Portanto, a ausência de julgamentos nos vinha a calhar, de vez que queríamos justamente impedir (na medida do possível, é claro) que os alunos sedimentassem qualquer sentença em tom de censura. Pelo menos nesta etapa preliminar, em que tomaríamos contato com capítulos de conteúdo panorâmico. Textos que tinham mesmo de ser apenas propedêuticos.

Assim sendo, mais do que uma ferramenta prestimosa em sua dupla qualidade – sintética e paramétrica –, o capítulo de Claval trazia, desde logo, a coordenação dos dois ângulos aventados antes: a parceria necessária das reflexões historiográfica (o mostruário do francês) e epistemológica (o modelo evolutivo que adota). Passadas oito horas, o primeiro passo fora dado.

HPG NUMA SEGUNDA PANORÂMICA

Terceira semana. Era o encontro que previa a primeira experiência de leitura compartilhada. Conferiríamos se a aposta fora judiciosa. Para nossa sessão inaugural propusemos um segundo capítulo-síntese; agora propriamente em língua portuguesa. E para um mostruário-parâmetro segundo ótica brasileira, achamos por bem selecionar o texto que Antonio Christofoletti redige e insere num livro por ele mesmo organizado (CHRISTOFOLETTI, 1982). Adotada por vários cursos de graduação, a obra circunscreve uma série de capítulos (alguns dos quais, originalmente, artigos editados muitos anos antes) que, reunidos, dão uma boa idéia do espectro conceitual da Geografia. Pelo capítulo, de adequado título “As perspectivas dos estudos geográficos”, os alunos poderiam identificar sintonias com a versão panorâmica de Claval; mas também elementos outros, que, na realidade, só justificavam a adoção de um parâmetro dúplice com o qual seguir em frente.

Um distintivo, por exemplo, diz respeito a esta idéia que Christofoletti endossa: as escolas competem! No mais, as terminologias caracterizadoras são diversas em qualidade e número. O que em Claval é “clássico”, em Christofoletti é “tradicional”; e, querendo computar mais matizes, este segundo ainda fala de uma Geografia “idealista”, além de outra, “têmporo-espacial”. Fatos assim enriqueciam o quadro preliminar de abordagem, já que passamos a dispor de fontes comparativas não-identicas. (É óbvio, contar com versões por demais semelhantes tornaria automática a assimilação das etapas da HPG; todavia, não contribuiria a que os alunos exercitassem a reflexão interpretativa dos futuros autores sob escrutínio. Daí termos arriscado uma “parceria” Claval + Christofoletti.).

Mas é curioso o quanto alguns textos conseguem apresentar elementos de serventia sem, no entanto, aparentemente, seus autores terem estado conscientes deste préstimo. Préstimo casual, portanto. É que, sem querer, Christofoletti nos dá exemplos, tanto do trânsito de influências entre as escolas nacionais, quanto do fato da fase “tradicional” ter (mesmo ela!), a par das rotinas descritivas, ensaiado enunciações explicativas – algo que, numa leitura superficial, poderia parecer contra-intuitivo (Vidal e discípulos nada teriam retido do pioneirismo alemão? E, incorporando o método funcionalista, não teriam experimentado transcender os inventários? Lugares-comuns feitos para descompor.). Neste aspecto, sem dúvida, o capítulo nos favorecia certas desmistificações.

A parte do texto em que são tratados o cerne da Geografia monográfica francesa e as cicatrizes dicotômicas na disciplina é excelente. Sem digressão, resume a miragem surgida entre o humano e o físico (tanto quanto entre o geral e o regional); sem minúcias, precisa a contento o conceito-chave de combinação (figura 1). E nos certificáramos semanas à frente, do quanto esta porção do documento fora substantiva: providencial para penetrarmos no argumento idiográfico, através (na justa ocasião) das autênticas palavras de La Blache. Na seqüência – proporcionalmente maior –, a parte dedicada à Nova Geografia foi uma extraordinária iniciação aos postulados da escola teórico-quantitativista: assepsia da linguagem, promoção da prognose. Detalhes pormenorizados ainda examinaríamos em duas leituras vindouras; contudo, este primeiro contato nos ajudava a diferenciar a tradição pretérita (funcionalista), do “fato dado”, da então instituída (dedutivista), do “fato futuro”. Além disso, permitia já ir dissolvendo uma das falácias de que alguns se valem/valeram para alvejar a empresa teorética: seu papel lacônico, por, supostamente, limitar-se apenas às standardizações que o filtro estatístico produz. (Para Christofoletti isto seria não mais que “trabalho de mecanização”). Isto é, identificar ponderabilidade nos juízos também ajudava nas desmistificações.

Mas não teria sido honesto convidar os alunos às palavras do autor brasileiro sem, de antemão, alertá-los para o detalhe que, sabidamente, revela o próprio alinhamento do geógrafo. O discurso é categórico; o discursista, de indisfarçável partidarismo. Christofoletti eleva a Nova Geografia, chamando as escolas seguintes (ou suas contemporâneas) de “alternativas” – adjetivação não exatamente sarcástica, mas dita num certo tom que as inferioriza (sobretudo a escola “Radical” e suas enunciações difíceis de testar, suas soluções previamente prontas). Sob este ponto de vista, o texto não é, de fato, menos reducionista do que aqueles criticados no início desta nota. Acontece, porém, que era importante demonstrar a improvável ocorrência de

textualizações totalmente neutras. Bem, e o capítulo de Christofoletti era, no mínimo, um exemplar diferenciado de parcialidade. Perfeita expressão de um estilo menos comum no discurso geográfico brasileiro (o qual, em medida maior, está representado pelo não-reconhecimento do mérito positivista). Christofoletti é menos imparcial que Claval, os alunos logo perceberam. O que não quer dizer que tenham guardado, do autor, uma impressão negativa. Pensamos que não. Pois não ficou menos perceptível o fato do geógrafo nada omitir em termos de ganhos crescentes, advindos com as correntes anti-positivistas. Além do mais, o autor havia sido deveras solícito conosco: não nos sonogou a notificação das obras-marco, dos periódicos célebres difusores, dos nomes brasileiros de destaque – mesmo que expressivos na perspectiva (neo)marxista. Informações que nos ampliavam o entendimento.

Com este quadro interessante, semeamos as duas balizas paramétricas a partir das quais tentar discernir a orientação escolar dos próximos autores.

NA ATUALIDADE, PG'S BRASILEIROS VOTADOS AOS ESTUDOS DE INTERFACE E DE COMPORTAMENTO

Quarta semana. Chegara a primeira oportunidade de checar os parâmetros em duas leituras tópicas. A primeira, um capítulo escrito por Aziz N. Ab'Sáber (AB'SÁBER, 2003); outra, a apresentação de um livro organizado por Vicente del Rio e Livia de Oliveira (RIO; OLIVEIRA, 1996). Ambos os trabalhos foram selecionados por seus respectivos simbolismos, enquanto produções de edição recente (muito embora aquele capítulo tenha aparecido, originalmente, no final dos anos setenta). Então, no plano mencionado de verificar transmissibilidade e detectar variantes nacionais, as duas leituras, uma após outra, nos favoreceriam: 1º) a demonstração de características replicadas da escola tradicional francesa e 2º) o emprego, na cena brasileira, de postulados teóricos concernentes à Geografia da Percepção.

O classicismo francês está nos dizeres de Ab'Sáber por mais de um indício. É certo que, sendo da velha-guarda um nome eminente, pertence às gerações formadas à base de literatura européia, e especialmente francesa. Esta, por conseguinte, deve ser a razão-mor dos vestígios que trouxe indelével. O sentido de "patrimônio" dado às paisagens, a desenvoltura no esboço discursivo delas, a verbalização culta neste croqui textual. E se o autor reedita inteiro, neste século, um material que já havia sido publicado no último quarto do passado, isso querará dizer algo. Algo mais que simples consonância de assuntos. Seguramente, a idéia de responsabilidade ambiental, pairante sobre suas "potencialidades paisagísticas", não lhe parece em nada anacrônica. De fato! Um discurso nesse estilo nos faria atentar para outro vestígio – não necessariamente desarticulado da tradição descritivo-enciclopédica, aliás. Pois que o teor "eco" inserido é prova também de um pensamento geográfico ciente de que a teoria possibilista não foi forjada para solidarizar-se com uma sociobiologia dos convívios harmônicos; do mesmo modo que, tampouco, para desculpar perturbações degradantes. Um discurso, afinal, ecológico; mas sem reivindicação de quaisquer lemas preservacionistas mais puritanos. Com poucas páginas, Ab'Sáber nos ajudou a falar aos alunos da margem aberta a se aliar – hoje como ontem – o problema ambiental "puro" (digamos assim) à discussão sobre soberania dos territórios, por exemplo. O pensamento atualizado acerca das interfaces da Ecologia com a Economia ficou, por esta leitura inicial, bem ilustrado. Igualmente, a possibilidade de "mescla" epistemológica: hábito descritivista, mais mote idiográfico, mais perícia na linguagem naturalista ... mais crítica à irracionalidade dos projetos empresariais? Claro o suficiente, havia ali mais de uma herança: não somente o gameta dos discursos apáticos, de tão estrita e alienadamente pictóricos. Havia ali ciência de que as interferências exaurem o físico (solos esgotados); e, não menos, deploração de que as investidas capitalistas depauperem o humano (colonos desventurados).

Texto enquadrado também na linha "favor não-deliberado", Ab'Sáber espontaneamente nos ensinava a essência da teoria possibilista, assim como ratificava o paradigma da soma sistêmica ... respectivamente, ao explicar como, apesar dos cenários ecológicos bastante correspondentes (porque intertropicais), as pré-histórias brasileira e africana destoaram quanto à gravura dos cunhos de desfiguração, e ao falar de setorizações paisagísticas caracterizadas por

“combinações” diferentes (e instáveis!) de solo, vegetação e relevo. Ab’Sáber nos exemplificava, está evidente, o fenômeno da transmissão em HPG.

No exercício seguinte, o painel de um sortimento de trabalhos avizinados – mas pelo ajuste à outra espécie de linguagem. Com bem menos anos de expressão no país, a pesquisa orientada pelos tons (teórico e metodológico) “humanísticos” precisava ser comentada justo nessa sua qualidade de vertente inovadora no seio da Geografia brasileira. Por isso termos optado por começar a falar da escola da percepção não exatamente pelo que se poderia deduzir da leitura de um estudo específico, expressivo da linha fenomenológica. Mas antes pela notícia genérica de uma série de estudos, tomando conhecimento dos quais os alunos antes vissem a natureza do dialeto que os entronca. Receamos que, partindo já de um texto descritor da aplicação da linha a realidades locais brasileiras, eles talvez pudessem não apreender a essência dessa escola; haja vista que o mais provável nestes casos é que as características do *pg* tenham de ser “pinçadas” de trechos que, a bem dizer, as camuflam nos interstícios – esforço de que poderiam ser poupados por ora. Mas com a “apresentação”, os dois organizadores sumariam cada um dos trabalhos compreendidos. São, pois, comentários sucintos; e, por esta forma, virtualmente úteis a exprimir seu esperanto: as condutas encobrem uma textura psicológica, e esta se deixa tecer pelo fator ambiental. *Satisfação* dos usuários, *reabilitação* das áreas, *expectativa* dos passantes, *imagem* midiática, *iconografia* estética, etc. – todos, gêneros de objeto de estudo dos cientistas (coloquemos assim) “sensíveis ao sensível”. Eventualmente, geógrafos. Fora nosso intento apenas sugestionar (isto é, sem que houvesse ainda maior especulação) a retentiva de uma característica importante nas pesquisas fenomenológicas. Característica esta que um juízo apressado não acusa. Através da imagem coletiva dos cidadãos, auferida por método de investigação qualitativa (narrativas que são interpretadas, por exemplo) – seja um caso carioca, porto-alegrense, não importa –, pode-se pensar em projetos de intervenção ... os quais retifiquem as espacialidades que, sob a ótica sensitiva (hostil/compassiva) dessas mesmas populações, ganham uma realidade subjetiva. Realidade feita, pois, mais de signos que de materialidade.

Cerca de três meses transcorreriam até que pudéssemos averiguar se os alunos retiveram realmente esta idéia – que precisava ser levada da disciplina, desejávamos –; idéia segundo a qual a escola humanística tem sim, em grande medida, uma tenção pragmática. Seu fim não seria, então, o de se ater à ação em si dos grupos (uma psicologia do comportamento), nem o de prender-se ao universo privado dos indivíduos (uma filosofia clínica). Tratando-os – grupos ou indivíduos – na sua interação com o espaço (urbano/campestre), poder-se-ia promover táticas que a transformem ... se fosse, por exemplo, o caso de maximizar o sentido de bem-estar ou o senso de ação temerária. Mais do que a percepção em si, o alerta revelador das “-patias”; maneiras de sentir de que se pode utilizar para aperfeiçoar as relações entre o lugar e o sujeito (na escala de grupo, misto de agente e paciente).

A FALA CRÍTICA, ENCONTRADA NO ESTUDO BRASILEIRO DE UM FENÔMENO

Quinta semana. Para este encontro estava prevista a tentativa de explorar as características do *pg* associado à escola radical, por intermédio de artigo continente de expressões dela emblemáticas. A pretexto de frisar os trechos em que a linguagem empregada pelo autor (Milton Santos) se mostrasse suficientemente atrelada à família das teorias críticas, selecionamos um texto (SANTOS, 1989) no qual elas estivessem servindo de linha-guia do raciocínio interpretativo. Então, o esforço intelectual demandado aos alunos continha esta processualística – um pouco custosa, de fato – de colher, na exibição do caso (e de seu significado no seio do modelo teórico), as enunciações possíveis de tomar como insígnia de uma dada direção explanatória. É lógico, esta “dada direção” buscaríamos peneirar na leitura das passagens onde os trechos seus compositores dessem margem à emissão de juízos de valor e/ou deixassem nitidos os créditos do autor à teoria crítica.

Não obstante o razoável sucesso, devemos reconhecer que o artigo (tratando do fenômeno da urbanização no Brasil) pode não ter sido a melhor escolha para o objetivo em questão.

Sabidamente, o autor, que é dado ao verbalismo, por vezes afugenta o leitor indócil a um vocabulário esotérico. Espanta-o com todo seu pedido de licença literária, motivadora de metáforas e de neologismos (estes, nem sempre verdadeiramente facilitadores, e só compensados pela presença dos clichês marxistas – os quais, menos enigmáticos, são de fato mais rápida e facilmente digeridos pela juventude ... semi-mordaz, semi-simplista). Mas cremos que não há de ter sido este o motivo direto da dificuldade de uma performance mais ágil. Havia mesmo muitas passagens ricas em sinais denunciadores de sua filiação escolar. Acontece, no entanto, que o exercício de sondagem nos despendeu mais tempo que o estimado (ainda que o fato do texto não ser tão extenso tenha funcionado como um feliz atenuante); ou seja: a identificação da “sintonia autor/escola” esteve muito embargada pelo caráter realmente velado daqueles sinais. Ares do tão venerado materialismo histórico e dialético planam sim sobre as doze páginas – sobranceiras, diga-se de passagem, pois não contam com uma sequer referência bibliográfica. Contudo, o fantasma é trabalhoso de capturar.

A prioritária relevância da materialidade das relações humanas (se o que se quiser for discutir “cientificamente” a dinâmica do território) e a operacionalização dos conceitos pretensamente estampadores das “contradições” que dela derivam quase naturais (se o que se quiser for, portanto, denunciar injustiças intrínsecas à organização territorial). Ciência comandada pela produção ... interesse de empresas hegemônicas ... arranjo espacial à mercê das novas formas produtivas ... consumo distorcido ... abatimento da capacidade de luta ... obediência aos mandamentos da competição ... firmas cada vez mais poderosas ... – este, o panorama da semana; colheita fatigante.

NO BRASIL, O PG QUE RECONHECE ERROS ... MAS QUER SE SUSTENTAR

Sexta semana. A verdade é que, mais além da razão analítica (de construir nossa idéia de HPG, iniciando pelo estudo relativista de *pg's* nacionais), a apreciação de leituras brasileiras das tendências teve um motivo suplementar maior. Porque por pelo menos uma delas deveria ser possível sondar – através das palavras do autor (redator, no caso, de um texto mais exatamente voltado para a discussão epistemológica) – certos elementos de seu discernimento sobre, digamos, a “pedagogia do lapso”. “Lapso” nos dois sentidos que o termo insinua: espaço de tempo (que, decorrido, avisa dos deslizes) e descuido (que, cometido, motiva desculpas circunstanciadas no argumento do tempo).

Propusemos, para isso, um artigo que Speridião Faissol publica no ano de 1987. Nome automaticamente associável à empresa teórica brasileira, Faissol é o autor de escolha certa, se o que se deseja é uma avaliação criteriosa do que “foi” o movimento por essas bandas tropicais. Isso quer dizer que ter apresentado seu texto aos alunos, significou municia-los de duas espécies simultâneas de informação; quais sejam: as características particulares da Nova Geografia (breve estada no passado) e – num refrão repetido, motivador desse texto que é misto de mea-culpa e apologia – os ganhos incontestáveis que sobrevieram (detido diagnóstico do presente). Ganhos que perdoariam as falhas ... na mesma intensidade com que fariam frente às reprimendas.

No artigo, de mais de trinta páginas, Faissol entra em minúcias muitas. Por este fato ser tanto bom quanto ruim, tivemos de proceder a uma leitura “com saltos”; ou seja, evitando os trechos que fatalmente requereriam parênteses supérfluos e longos. A atitude redundou em perda de detalhes, é lógico. Porém, cuidando para que os saltos se dessem entre trechos de que, consecutivamente “abertos e fechados”, se pudessem extrair idéias não-inconclusas (bem como passíveis de ligação àquelas que apareceriam mais à frente), ela poderia garantir uma coleta proveitosa das duas informações. É que o autor, não menos dado ao esoterismo do que o da semana anterior (embora mais erudito), em certos momentos se vê na obrigação de mencionar determinados casos e lances, os quais somente um leitor já iniciado nas particularidades da Filosofia das Ciências e nos pormenores da Matemática, consegue absorver na espontaneidade com que o autor as traz à tona. Simplesmente, não era nosso propósito essa sorte de “miudeza”.

De todo modo, a leitura nos trazia o brilhante depoimento de quem, tendo vivido de perto e tomado parte no entusiasmo local em torno da “Revolução Teorética e Quantitativa”, soube, anos após o contexto de euforia, ponderar sobre o que de real havia nas reações feitas a ela.

Faissol trazia consigo, portanto, os argumentos e contra-argumentos que, já quase ao término dos anos oitenta, ainda desencadeavam debates erosivos entre teóricos e anti-teóricos. Quatro argumentos; em especial, referentes a estes atos: o de teorizar em Geografia, o de quantificar (e produzir, pela técnica, o exercício teórico), o de “ideologizar” em ciência e, finalmente, o de incutir interesse social. O que Faissol faz é desconstruir as recriminações uma a uma; porém, procedendo a isso com a revelação, sem elipse alguma, da relativa legitimidade do discurso opositor. Bem, e um comentário assim, nesses termos tão circunspetos, podia nos apresentar o integral valor da empresa teorética em Geografia: meritória e falha, moeda de dois lados. Primeiro silogismo: (!) conhecimento não prescinde da cena histórica ... (!) então, há uma sociologia a condicionar idéias e o estatuto *value-free*, positivista, resta hoje anacrônico ... (?) mas linguagem codificada não é propriedade maquinal do intelecto? Segundo: (!) pelos índices em massa tem-se a pretensão de validar demasiado extensivamente as premissas envolvidas ... (!) então, análises em “corte transversal” – as acopladas a tratamento estatístico, por exemplo – não ajudam a falar de mecanismos temporais, resultantes de deliberação política ... (?) mas operar com generalização/simplificação não é “revés” inseparável da atividade científica? Terceiro: (!) há um empecilho à entrada de parâmetros subjetivos nas funções de maximização ... (!) então, modelagem matemática funciona melhor se consoante com a idéia de “nível ótimo” de diretrizes que sejam antes materiais ... (?) mas o empecilho não é de natureza lógica e, por essa razão, independente da ideologia que porventura explique o uso delas? E quarto: (!) por necessidade de reprodução, o sistema capitalista acarreta dicotomias – algumas delas injustas ... (!) então, por ser ciência social, a Geografia não pode se eximir da tarefa de refletir sobre as relações entre eficiência e equidade ... (?) mas, em vez da via revolucionária, exógena, mais plausível não seria suprimir apenas as distorções endógenas?

Como esperávamos que seria, ambas as turmas acharam intrigante essa posição meio-defensiva, meio-refutadora do autor. Reação para tirar proveito, futuramente.

MARCAS (QUE DEIXARIAM VESTÍGIOS) DO PERÍODO CLÁSSICO BRASILEIRO

Sétima semana. Havíamos pensado em escolher algum artigo publicado nos anos quarenta, para efetivamente demonstrar a impressão categórica do timbre francês sob a escrita dos grandes mestres de então. Ocorreu-nos, no entanto, de substituí-lo por três textos mais curtos. Curtos, conquanto grandemente simbolizadores do estágio da Geografia no país – e, por decorrência, das peculiaridades do discurso da época.

Trabalhamos com três primeiros-anos de três importantes periódicos brasileiros, criados no contexto em que os cursos universitários de Geografia estavam em processo de instituição. Primeiramente, a leitura da “Apresentação” da *Revista Brasileira de Geografia* (IBGE, Rio de Janeiro, número 1, de Janeiro de 1939): páginas pelas quais perceber o sentido de “modernidade” vigente, mas também a acepção cívica amalgamada ao cientismo todo do momento – ambos, fatores que conspiravam para cristalizar a imagem de disciplina a serviço dos valores patrióticos ... ou dos anseios estatais, melhor entendido (a terra exaltada, a riqueza enaltecida, sua proteção soberanizada). Já as segunda e terceira leituras foram feitas baseadas em dois Noticiários – constando no *Boletim Geográfico* (IBGE, Rio de Janeiro, número 2, de Maio de 1943) e no *Boletim Paulista de Geografia* (AGB, São Paulo, número 3, de Outubro de 1949) –, os quais destacavam justamente os conteúdos programáticos desses cursos de recente criação.

Naquela Apresentação os indícios eram ricos. Um deles, interessante de trazer à atenção dos alunos, o possível primeiro sinal de que o IBGE viria a estabelecer-se, com naturalidade, como centro praticante de uma lida matemática sofisticada. As “sinopses estatísticas”, ali comentadas lhes arrogando o caráter promissor, pareciam mesmo sinalizar um Instituto, digamos, “abrigado futuro” da tendência quantitativa mais formal. E bem denotativo da função que a discipli-

na tinha a desempenhar para a resposta àqueles anseios, também pudemos ler períodos que eram conjunto de orações muito articuladas com um discurso de conclamação, de chamamento de profissionais. Porque – tentamos provocar a leitura do fato – tratava-se de um projeto em vias de implementação: o de conjugar diletantismo (o gosto pelo saber científico) e pragmatismo (o ofício com utilidade maior). Este texto, além disso, permitiu-nos falar aos alunos dos chamados “princípios básicos”, pelos quais se dizia ter havido modernização no trabalho geográfico. É que os profissionais do Instituto (ainda a certo tempo de um balanço mais crítico) não estavam menos altivos; acreditavam, como outros, na potencialidade explicativa do “novo método científico” e seus preceitos: extensão, causalidade, conexão, evolução ... os quatro naipes tempestivos.

Já com os Boletins, em especial, queríamos exercitar duas linhas de comparação. A que identificasse convergências entre os programas coetâneos da então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) – onde lecionavam, por exemplo, Delgado de Carvalho e Josué de Castro – e da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo – onde, por sua vez, destacavam-se Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira (este, aliás, tendo à época o jovem Ab’Sáber como um de seus Professores Assistentes). E, por fim, a comparação confrontante no tempo: o quadro temático que, tão generalista e inspirador das monografias, seria replicado anos a fio nos demais cursos que ainda estavam por nascer no país, e o quadro contemporâneo, de ementas igualmente especialistas, mas mais sistematizadas. Dentre as convergências, algumas muito salientes: o terno disciplinar (Geografia do Brasil - Geografia Física - Geografia Humana); o regionalismo comparado; as relações entre clima e cultura; a narrativa ecológica; a menção às empresas neo-colonialistas; os temas fragmentos-exaustivos; a “conquista” da natureza e os gêneros de vida; a indústria, a circulação e os problemas do consumo. Preocupações não estranhas, matérias que só cambiariam no través do reparo, em nome e em peso.

Nesta outra dinâmica cooperativa, logramos completar a primeira etapa de nosso transcurso. O primeiro bloco de leituras estava encerrado. Com ele, uma seqüência “nacional/regressiva”; encerrada pelas colunas-suporte do pensamento tradicional (bem sumariado por Christofoletti – e que Claval chamara clássico): legado regionalista, alguns despojos de determinismo, aproximação das ciências naturais e (quem sabe, o principal no edifício) a legenda do empirismo – representado pela convicção do papel instrutivo dos trabalhos de campo.

UMA ATIVIDADE PARA SEDIMENTAR INFORMAÇÕES (A “AVALIAÇÃO 1” ... DE DUAS)

Oitava semana. Findo o primeiro bloco, aproveitamos o ensejo para, aplicando uma atividade de tratamento das informações acumuladas, já cumprir com o protocolo da “avaliação” dos alunos (ou, o que viria a ser uma parte dela).

Quisemos avaliá-los nas idéias preambulares apreendidas, mas na sua específica capacidade de agrupá-las em classes respectivas, depois de acumuladas. No caso, o interessante seria propor que compusessem conjuntos discretos; conjuntos feitos de dados de correspondência. Então, as classes diriam respeito às escolas de pensamento (na ordem de abordagem: humanística, radical, teórica e clássica franco-germânica). Os alunos deveriam coordenar quatro informações gerais para cada um de cinco trechos ilustrativos de uma orientação escolar – decerto, escolhemos textos de fonte diferente das que haviam sido trabalhadas em sala de aula (FERREIRA; SIMÕES, 1986). Na verdade, seus autores eram representantes emblemáticos dessas escolas; por isso, lhes caberia identificá-las e, a partir deste parâmetro de referência, selecionar as alternativas mais adequadas a formar uma matriz de correspondência de dados. Matriz 5x4 (figura 2).

As tais informações se referiam: 1º) ao contexto histórico das correntes; 2º) aos autores e obras delas representantes; 3º) às características gerais da linha epistemológica; e 4º) às virtudes e senões possíveis de apontar, neste designio de qualificá-las.

Autorizados a resolver a “prova” em duplas, os estudantes, de uma maneira geral, a solucionaram eximamente.

LIDA COM O "ÍNTIMO", A FIM DE CONVERTÊ-LO EM SUBSÍDIO DE INTERPRETAÇÃO E/OU INGERÊNCIA

Nona semana. Iniciávamos o segundo bloco de leituras. Agora o objetivo era o de tomar contato direto com autores, por assim dizer, "clássicos". Ou seja, aqueles cujos nomes, voluntariamente, deixaram que a história os vinculasse a uma ou outra etapa de (semi-)consenso. São, desde logo, nomes da cena internacional.

Também num espírito de *retour*, partimos de registro – relativamente aos autores seguintes – mais "atual". Foi feita a leitura do décimo capítulo de um dos livros do ilustre Yi-Fu Tuan (*Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, edição brasileira de 1983; por sinal, tradução da Professora Livia de Oliveira). O capítulo intitula-se *Experiências íntimas com lugar*. Alvo delimitado: fazer ver, por intermédio das palavras de um autor-chave em Geografia Humanística, inclinações de matéria e elementos discursivos. (Na realidade, com o admitido propósito de encontrar numa das marcantes literaturas precípua, a virtual inspiração daqueles gêneros todos de objeto de estudo, descobertos na quarta semana. Enfim, num marco "exterior", provável afluência às ocorrências domésticas de uma Geografia fenomenológica.)

Estão ali, em bastante claro financiamento, as idéias que logo se propagaram e estabeleceram o círculo para um debate muito transversal. Dentre elas, esta (rápido em voga entre urbanistas, arquitetos ... e geógrafos): se "lugar" é espaço revestido de signo, e esta cobertura é projeção não inteiramente dependente da estrutura física dele (o que é o mesmo que dizer: muito do "conteúdo do lugar" quem deposita é o sujeito perceptivo – logo, o significador do continente), então, para um projeto de intervenção e reforma paisagística, talvez seja útil dispor de um diagnóstico levantado à base de enquetes, que detectem reações comportamentais amiudadas.

Um estorvo previsível nisto é, todavia, a espontânea quantidade de tais reações; um fato que realmente embaraça a coleta de uma "média", digamos assim, das experiências vividas no mesmo lugar. A conclusão – natural, mas certamente não irrefletida – proporcionou discussão instigante, que tinha a ver, portanto, com o perfil epistemológico próprio das investigações humanísticas (perfil que, usualmente, há quem veja como dano à sua cientificidade). Era o caso de assistir os alunos na extração da mensagem que Tuan comunica e parece querer que a sublinhemos: há um modo de operacionalizar o dado comportamental! O lugar contém formas e estas podemos planejar; porém, a comoção de que são potencialmente detonadoras, não. Sobressaltos não se programam, esta é a mensagem. Dado complementar, os sujeitos são capazes de produzir significados infinitos a partir de mesmos detalhes quânticos. Mas se a idiosincrasia impera, como resolver a questão em termos científicos? Ora, aquela assistência teria de acontecer fazendo-os atentar, no texto impresso, o *pg* de seu autor: apesar de fecunda, a geração de significados tende a render-se à ordem social, o que, por sua vez, torna menos esdrúxula a construção pessoal dos sítios e episódios. Daí, então, as chances conferidas à teorização a respeito e aos ensaios prognósticos.

As duas turmas chegaram a firmar consenso em torno; porém, não sem o sacrifício da intuição. A idéia de que, nesta escola, do posto outrora ocupado pelo determinismo ambiental estaria incumbido agora o cultural, não houve tempo de dirimir.

O DISCURSO "CONTRA": VERTENTE FRANCESA CRITICANDO MODELOS DE REPETIÇÃO

Décima semana. Ao procurar por autor notável na escola crítica, vimos que viria a calhar tomarmos um que, fora do ambiente anglo-saxão (parturiendo do front radical), nos figurasse também como exemplo de transmutação epistemológica dentro de uma mesma escola nacional. A utilidade disso residia nos dois proveitos que de toda análise diferencial $1N_t$ (uma escola nacional no tempo) decorrem: 1º) a condição para pontuar fases cambiantes, nuances qualitativas, ao longo da linha (apenas relativamente discriminável, é certo) de desenvolvimento lingüístico de uma disciplina científica, em sua manifestação territorial; e 2º) a ocasião para, conjugando esta

análise à outra, do tipo 1P_i (uma escola de pensamento no tempo), chegar a notar que, dado nacionalidades distintas, a suposta sucessão das escolas não vai ser respeitada obrigatoriamente.

Consoante com o tema deste nosso específico encontro, pareceu que o mais interessante seria adotar um nome francês (Yves Lacoste), a fim de, centrando-nos prioritariamente no seu juízo crítico, apreender, outrossim, o refino metodológico por que passou a Geografia feita na França ... digamos, do "enciclopedismo regional" (atestador de realidades em equilíbrio) ao "senso crítico" (reprovar de evidências de disparidade). Entretanto – tal como ocorrera cinco semanas atrás –, o texto examinado pode não ter sido, de fato, escolha feliz.

Ele se chama *A procura de uma definição objetiva e universal*. Mas do quê? Bem, neste que é o primeiro capítulo do livro *Geografia do subdesenvolvimento* (de 1966 a edição brasileira; 1965, a original), Lacoste, geógrafo atuante nos movimentos anti-colonialistas, está empenhado em demarcar parâmetros bons indicadores desta condição deficitária. Parâmetros que, em número de quinze (Lacoste diz tratar-se de soma resultante de profunda investigação), não se repetiriam sempre, nem em todo e qualquer país, tampouco numa invariável intensidade. Ou seja, pudemos reexaminar a presença do conceito-chave (já "clássico", em plenos anos sessenta) de combinação: haveria o(s) fator(es) de maior peso; na soma, algum(uns) bastante determinante(s) do subdesenvolvimento ... mas justo "ali", naquele especial país! Rastro da idiografia francesa.

O tom crítico, que nos dava, então, margem justamente a ponderar sobre a dita "transmutação", estava num discurso particular – o qual, de tão encoberto, deu até a alguns alunos a impressão de uma fala conservadora. Num grande exercício de se embrenhar, nossos olhos enxergaram o Lacoste descrente da idéia de desenvolvimento "por etapas". Exatamente a idéia que tende a tornar a manifestação do oposto, não mais que uma fase ... fase por que todas as nações teriam de passar, antes de extinguir/abater os complicadores. Daí que o tom – içado de trechos intrincados – ilustrava-nos sim um geógrafo francês migrante ao siso crítico: para ele só a "tomada de consciência" seria capaz de, abandonando o slogan de uma definição relativista ("Terceiro Mundo", assim tachado a partir de realidade que lhe é estranha?), concluir a armadilha do raciocínio que, ao cabo, só faria legitimar a roda do sistema capitalista – moto-contínuo a que seria impossível resistir. E tudo isso ainda numa França ignorante da *Nouvelle Géographie*. Queima de etapa?

Bem, a escolha foi pouco feliz em virtude de ter demandado fatigante exercício. Exercício que, adicionalmente, pressupunha saber de uma Geografia francesa, na realidade, já familiarizada com o discurso crítico ... vista a vigência (décadas antes desse específico *language turn*, anti-positivista, que queria ir às raízes) da chamada *Géographie sociale*, emancipatória, encontrando sinais remotos nas últimas publicações de Elisée Reclus.

A EMPRESA TEORÉTICA (AVALIADA EM DISCURSO QUE A RATIFICA)

Décima primeira semana. Num plano de pôr elo comunicativo entre esta e a sexta semana, decidimos apresentar autor clássico, cujo texto também estivesse pautado pela idéia de referir-se à "revolução metodológica" como uma façanha – embora terminada enquanto processo – ainda vívida.

O *sui generis*, neste que, aliás, acabou tornando-se um afamado artigo (*A revolução quantitativa e a geografia teórica* – editado em português catorze anos após seu aparecimento no *The Canadian Geographer*, em 1963), está contido no acento posto numa certeza que seu redator, Ian Burton, prova ter adquirido por demonstração dos fatos. (O artigo é, sem dúvida, de uma convicção exemplar.). Pois, para Burton, a Geografia anglo-saxã do início da década de sessenta – afeita aos modelos, aos testes, às matemáticas – estava inteiramente rematada. E a ordem idiográfica, que, semi-secular, há anos vinha se esvaindo por si, já sepultada.

Queremos dizer que o fato do autor fazer esta afirmação num período ainda distado em dez anos do contexto em que América Latina e boa parte da Europa poderiam se atrever a fazê-la, dava-nos um belo exemplo do fenômeno da defasagem (ou resistência inercial?) junto a

escolas nacionais estranhas. Ou seja, nos trazia agora a chance de uma análise diferencial do tipo (presumivelmente) " xN_1 ".

E isso pôde ser explorado, lida a passagem em que Burton enfatiza um intervalo ou pausa havida no trâmite de certo ganho intelectual. Desconfianças, às vezes, comprometem o estabelecimento de conquistas que estejam já em curso, suspendendo-as. E, ao que tudo indica (e a leitura nos mostrava), o protesto francês contra o determinismo ambiental trouxe o contratempo da prorrogação da modelagem teórica ... prática que talvez logo se tornasse praxe, e em muitos países. No entanto, prevaleceria o juízo receoso, e a anexação do instrumento matemático ficaria interrompido na França – o que veio a deflagrar um cisma fundamental (leste|oeste), mais o azo a que esses muitos países (entre eles, aqueles do campo de influência francês) fossem desfiando linhas gradativamente independentes.

Trabalhar com um autor que, lamentando essa espécie de supressão imprevista, sustenta ser bem outro o determinismo incluso nas operações quantitativas, nos possibilitava tratar do problema dos mitos em Geografia. Por conseguinte, o elo de comunicação de que falamos ficava mesmo ensejado, de vez que Burton – a exemplo de um Faissol que nos ajudara a entender (igualmente pelo viés mais cortês, da desmistificação) algumas das "transgressões" atribuídas a esta Geografia, "neopositivista" – decide-se também, duas décadas antes, por um discurso sobretudo desagradador.

VOZ NOBRE ... NA NASCENTE DE UM PATOÁ

Décima segunda semana; última de leitura cooperativa. Havíamos chegado, enfim, à "estação primeira" dessa nossa trajetória rumo ao passado. E nesta parada – ocorreu-nos instintiva – a opção por palavras fidedignas era imprescindível. Palavras vidalianas, finalmente.

Lemos com os alunos *As características próprias da geografia*, transcrição de uma fala de Paul V. de La Blache, aparecida nos *Annales de Géographie* em 1913, e (na forma de capítulo de livro) em língua portuguesa, no ano de 1982.

De uma época em que a disciplina tinha já conquistado seu assento privilegiado, e era considerada nas discussões de cunho estratégico, a fala do palestrante nos dava, às idéias acumuladas na trajetória, um bom concerto. Simultaneamente: Geografia nas cercanias da ciência natural; tomada de empréstimos teóricos; ângulo peculiar do geógrafo; ancestralidade do *pg* sistêmico (a "combinação", ou "expressões coletivas"); a superfície como objeto de estudo; idéia germinal de forma-processo; antevisão do viés probabilístico (a "complexidade"); valor do método empírico-descritivo ("escola ao ar livre"); proto-concepção de impacto antrópico (modificações agenciadas pela História); etc.

Fica evidente que houve recorrência – ainda que, na verdade, não proposital – ao *pg* francês. Por ela provocamos o acidente (benéfico, ao término) de uma saliência escolar. E graças ao realce, pudemos acabar contando com um elemento que, a despeito de sua variabilidade no tempo (detalhe, aliás, muito elucidativo), se ajustava à condição de referência distintiva. Algo como um "marco/padrão" pelo qual compreender rupturas, distensões, amortecimentos.

Não tivéssemos finalizado com este, mas com qualquer outro texto clássico, quem sabe animar-se-iam elucidações diferentes ... ou mesmo mais perfeitas. Entretanto, pensamos que precisamente com ele (veiculando, por exemplo, os nove itens arrolados acima) tivemos como concretizar aquilo que, lá nas "predefinições", escrevíamos em tom de intenção: tornar viável o entendimento de uma HPG que é feita de replicações, transmissibilidades, heranças e releituras.

OUTRA ATIVIDADE PARA SEDIMENTAR INFORMAÇÕES (A "AVALIAÇÃO 2" ... DE PROVÁVEIS TRÊS)

Décima terceira semana. Findo o último bloco de leituras, procedemos logo à segunda avaliação dos alunos, adiantando o remate deste compromisso protocolar. (Não descartando, porém, a realização de uma terceira atividade, a fim de garantir radicação de idéias-chave.).

Neste ensejo, o “avanço” – crescimento e depuração das informações com respeito à HPG – seria corretamente aferido na capacidade dos alunos comporem seus próprios textos. Textos que, malgrado extensão limitada (uma ressalva deliberadamente imposta), não poderiam estar ausentes de nexos e coesão.

A proposta foi que escrevessem uma redação coerente, à base de quatro dados gerais que precisariam aparecer contemplados (num encadeamento lógico). Eram quatro grupos de quatro dados – referentes, pois, a cada um dos autores clássicos, lidos recentemente. No final das contas, tratava-se de uma escolha a ser feita entre quatro escolas de pensamento, as quais se denunciavam, indiretamente, por este número restrito de características distintivas. Enumeremos os grupos:

- linguagem similar às “outras” ciências naturais + papel-chave das descrições e valor do campo nisso + “gênero de vida” e tendência maior ao triunfo sobre o meio + hipótese da combinação e renúncia ao determinismo rígido: opção de lauda 1 (ou, o pensamento vidaliano);
- destruição de uma “ordem” que estava estabelecida + retorno ao determinismo? + empréstimo de teorias e validação da idéia de “física social” + verdades e mitos nas críticas à quantificação: opção de encadeamento 2 (ou, considerações teóricas em Burton);
- fatores condicionantes e seu peso diferenciado + mal econômico, etapa obrigatória do processo de desenvolvimento? + o papel restrito das influências exteriores + a vantagem em se entender o fenômeno “de dentro”: opção de soma 3 (ou, pensamento libertário francês, em Lacoste); e
- significado dos “lugares íntimos” + diferença entre o lugar que é planejado e aquele, “experenciado” + o fotografado e aquilo que o “canto dos olhos” registra + a linguagem mais apropriada a falar de imagens sentidas: quarta opção de lauda (ou, leitura inusual, “subjetivista”, de Tuan).

Descontada a verificação de que a grande maioria encontrou dificuldade em elaborar um texto fluido e de leitura cômoda, devemos dizer que praticamente a mesma maioria atingiu a contento a meta de atender a todos os dados na redação.

NA TERCEIRA ATIVIDADE, DERRADEIRA OCASIÃO PARA RADICAR CLAREZA ... E ERRADICAR CHAVÕES

Penúltima semana. Achamos oportuno realizar o que, sete dias atrás, figurava como alternativa subsidiária apenas. Tomamos, então, este encontro, fazendo-o dele oportunidade para aperfeiçoar a imagem de HPG esculpida até essa altura do semestre – e, na medida em que necessário, convertê-lo também em atividade pela qual quantificar desempenhos.

Propusemos que as classes se dividissem em cinco grupos; cada um deles, responsável por inspecionar uma obra específica. Fáceis de interligar às cinco escolas mais representativas, os livros permitiriam uma visualização panorâmica de alguns dos seus caracteres distintivos. E a fim de promovê-la, solicitamos que os grupos sondassem o(s) capítulo(s) provável(is) continente(s) de explanações sobre o tema particular, que lançáramos para cada obra. Identificadas, os integrantes deveriam comunicá-las, oralmente, aos demais quatro grupos. Dessa maneira, todos ficariam a par das características que, sendo de fato elementos de discernimento, podem mesmo se replicar nos dizeres de outros autores – autores que, ademais, só haviam sido referidos por citação breve.

Quisemos, servindo-nos destes livros, ressaltar detalhes tanto complementares quanto corroborativos do quadro caracterizador das escolas. Detalhes, portanto, que inteirassem (completando) e/ou reiterassem (confirmando) tendências a elas associáveis. As indagações lançadas – cujas respostas tinham de ser capturadas no conteúdo das obras – enumeramos a seguir (na seqüência cronologicamente inversa dos *pg*s):

- engenharia da “cidade-ilusão”, da “cidade-empresa”, da “cidade-passado”: pontos em comum? [a mercantilização do histórico e os lugares fantasiosos (RELPH, 1987)];
- justiça na distribuição: justiça no território? [justiça social territorial e reorganização do sistema (HARVEY, 1980)];
- modelagem: quais cuidados? [caráter seletivo e evolutivo dos modelos (HAGGETT; CHORLEY, 1974)];
- monografias: como chegar às “sínteses”? [descrição profunda, casos regionais e a superação de “barreiras” (BRUNHES, 1962)]; e
- natureza e sociedade: duas dinâmicas? [forças influentes na História e na Natureza, num “determinismo flexível” (RITTER, 1982)].

Subtraída a constatação de que muitos tiveram dificuldade em expressar-se eloqüentemente, devemos dizer que a ampla maioria saiu-se bastante bem na exigência de buscar no interior das obras a ocorrência daquelas abordagens requeridas.

NAS ÚLTIMAS QUATRO HORAS ... COM CINZEL, TENTAR CONCLUIR UM ENTALHE DE CINQUENTA E SEIS

Dia-limite. Além do cumprimento das formalidades previstas (divulgação das notas finais, do cômputo de infrequências, etc.), planejamos para esta semana-desfecho dois momentos: um para indicação de bibliografia adicional; outro, de um exercício lúdico de revisão.

Desde o princípio do semestre, se bem que decididos a levar a cabo o plano de não atrelar a disciplina à leitura diminuta dos textos panorâmicos, já tínhamos resolvido divulgar, quando do encerramento, uma pequena lista destes, em língua portuguesa. Qualquer transmissão de intolerância ou negligência teria sido involuntária. E provaríamos a boa-intenção, subjacente ao método de ensino, através desta relação – referências às quais os alunos de interesse despertado poderiam recorrer, a fim de se encontrarem com outras leituras da HPG ... possivelmente, até um tanto diversas da que estávamos acabando de arrematar (AMORIM FILHO, 1976; MONTEIRO, 1980; MORAES, 1981; MOREIRA, 1981; CRISTOFOLETTI, 1982; VALVERDE, 1983/1984; CAMARGO; BRAY, 1984; JOHNSTON, 1986; ANDRADE, 1987; MORAES, 1989; SPOSITO, 2004). Em número de onze, foram cuidadosamente bem distribuídas no tempo e contando com um intérprete estrangeiro – Ron J. Johnston, com sua excelente *Geografia e geógrafos...*, traduzida pelo Professor Oswaldo B. Amorim Filho.

Depois, trabalhando com seis enunciados amplos, depurados após relativo consenso, propusemos a feitura de um esquema gráfico (algo como um organograma seqüencial). A idéia era que os alunos, exercitando raciocínio abstrato – dada toda a simplificação prevista –, chegassem à confecção de um modelo (alegórico, fatalmente) de evolução epistemológica da Geografia. Daí que este “fluxograma”, pelo qual estariam representadas, por meio de símbolos/abreviações, a progressão nos conceitos e a sofisticação nas teorias, vinha a constituir o epílogo didático de nossa HPG ... ou, a “moral da História”:

O movimento evolutivo se dá pela superação de “fragilidades”; contudo, também pela inevitável substituição dos desafios, que serão de ordem lingüística e técnica.

Foi solicitado que, embora o gráfico tivesse de possuir a forma se “síntese”, seria interessante que ele carregasse o maior número possível de parâmetros de diferenciação, tais como: as escolas nacionais (condicionamento geopolítico), as escolas de pensamento (novos paradigmas), os nomes-chave (agentes difusores), os substratos filosóficos (origem dos preceitos), as causas de ruptura (inconsistências crescentes), as qualidades emergentes (consistência momentânea), os contextos promotores (atmosfera provocante) e as peculiaridades genéricas (traços gerais de identidade).

Com os referidos “seis enunciados”, concluímos aqui as descrições discretas:

- 1º) *o contexto condiciona as visões de mundo;*
- 2º) *o par observação-relato é passo importante em Geografia; não o único em sua marcha científica;*
- 3º) *a noção de excepcionalidade não inviabiliza a inserção de alguma baliza teórica;*
- 4º) *técnicas quantitativas, eventualmente, são inevitáveis no processo de abstração;*
- 5º) *a Geografia está perfeitamente apta a lidar com a idéia de emotividade dos sujeitos, tanto quanto com a de condicionamento político-econômico de seu comportamento sócio-espacial ; e*
- 6º) *a inexistência de amplo consenso epistemológico impede consolidação de um único enunciado para o que seja o objeto de estudo da disciplina.*

NOSSAS CONCLUSÕES (A CAMINHO DO SOLSTÍCIO, COLHEMOS PEDAGÓGICOS FRUTOS DE EQUINÓCIO)

Para que esta nota não termine com o aspecto meramente de narrativa (uma descrição isenta de parecer avaliativo), gostaríamos de finalizá-la tirando partido da metáfora do Outono, a qual, é sabido, oferece-nos pelo menos dois sentidos figurados: o de “ocaso” e o de “colheita”. Concluiremos, assim, em dois tons resumidos.

Outono, o encargo podendo parecer inexequível

O receio de que a tática arquetetada tinha boa probabilidade de ser falha acabou justificando-se por quatro averiguações. Primeira, termos podido ver que, de fato, tratar dos *pg's* a partir do exame de textos que apenas indireta ou implicitamente os abrigam, tende a complicar um pouco sua compreensão. Isto é, o recurso aos estudos de caso nem sempre resultará numa extração didaticamente favorável das formas de pensar o geográfico. Ou, em todo caso, talvez seja prudente selecionar com mais cautela as fontes examináveis. Admitimos aqui a falta.

Segunda. Essa experiência docente nos confirmou ser forçosa a explicação prévia e/ou simultânea de vários temas colaterais aos *pg's*. Ou seja, não é sábio que o professor responsável por esta porção epistemológica e historiográfica do programa de curso espere, dos alunos, familiaridade suficiente com certas matérias definidoras (aquelas que, pensando idealisticamente, a classe discente traria de uma boa formação secundária). Daí que é inescapável algum mínimo esclarecimento a respeito dos fatores que, na base ou contíguos aos *pg's*, jogam papel relativo no seu desenvolvimento: noções de história das ciências, de filosofia moderna e de história social contemporânea. Acompanhou esta confirmação de lacuna, a da utilidade de um bom dicionário em sala de aula, a fim de sustar a resistência ao vocabulário técnico ou erudito.

Terceira. Somada à necessidade de minimizar a ignorância de assuntos adjacentes, uma outra – já não imprevista, mas certamente, como a segunda, também ocupante do tempo útil. Falamos da quebra de juízos simplistas e dos lugares-comuns. Combatê-los significa, por vezes, violentar um rito espontâneo do intelecto ... rito que não é sinônimo de defeito, então. Entretanto, porque se trata de ir atrás de versões as mais legítimas possíveis, convém seguir antes uma leitura amparada em referências bibliográficas que tragam informações contra-intuitivas. Desse jeito, exercita-se o mesmo intelecto – por mais que, sim, o tempo possa ficar comprometido.

E quarta, os ajustes de estratégia. Pois aconteceu mesmo de, em função das respostas percebidas semanalmente, precisarmos repensar o modo como, no próximo encontro, poder-se-ia evitar a repetição de algum constrangimento (como quando ocorreu, logo na quinta semana, o desconforto de uma vistoria que acabou sendo complexa demais).

Outono, a experiência de colher demonstrações que fertilizam idéias otimistas

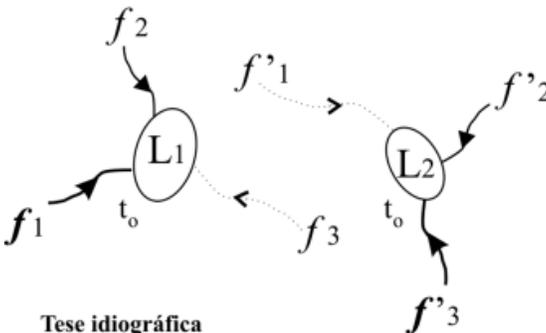
Em compensação, indiferentemente à insegurança que sentíamos após esses episódios de embaraço (e o educador não tem de estar preparado para subverter a cartilha?), é cabível esta afirmação: as sessenta horas de que dispomos satisfazem. Não bastariam, é lógico, se desejássemos esmiuçar a HPG ... por exemplo, explorando outras questões anexas, tal como a divergência fraseológica que costuma se dar entre signatários de uma mesma escola-matriz (nacional ou teórica). O que fizemos foi trabalhar com poucos textos e, absorvendo seu máximo sumo, treinar os alunos nas reflexões histórica e conceitual. Diríamos, então, que o sacrifício da triagem terminou contrabalançado.

Outro otimismo, já não tendo mais a ver com esse tipo de detalhe prático que é a carga horária com que se conta, dirigimos à questão bibliográfica. Pois se não temos à mão a cura de uma moléstia atual, ao menos divisamos iniciativas que bem podem apontar soluções futuras. Expliquemo-os.

Arriscamos dizer que nem seria mais necessária a elaboração de um compêndio volumoso de HPG em língua portuguesa. Um rastreamento cuidadoso não demora a detectar, nos círculos editoriais estrangeiros, formidáveis volumes ... e respeitadas por sua eficiência didática, além de tudo. Ou seja, obras em espanhol (MENDOZA; JIMÉNEZ; CANTERO, 1994), em inglês (CLIFFORD; VALENTINE, 2003; HOLLOWAY; RICE; VALENTINE, 2003; HUBBARD; KITCHIN; VALENTINE, 2004 – todas as três, da londrina *Sage Publications*) e em francês (BAILLY; FERRAS, 2001; BAILLY, 2004; DENEUX, 2006) – só para tomar uma amostra concisa – se traduzidas, resolveriam com folga nossa rarefação. E por conta das imprecisões (para não dizer confusões) que nós, geógrafos brasileiros, previsivelmente cometemos toda vez que nos aventuramos no terreno estranho da Filosofia, a tradução de obras de autores já escolados neste solo penoso e movediço, também seria uma medida preciosa. Pensamos que uma edição em língua portuguesa do magnífico *Philosophy and human geography: an introduction to contemporary approaches*, do recursivo R. J. Johnston (1983), preencheria muito bem o vazio. Enfim, salvaguardando o estímulo (positivo) a que continuem sendo produzidos trabalhos acadêmicos que joguem luz sobre a ainda misteriosa História do Pensamento Geográfico Brasileiro (empresa excitante que, está claro, apenas a nós outros cabe levar adiante), um alívio para a docência seriam as traduções. Estamos convencidos disso.

Todavia, parece que, pouco a pouco, empreendimentos de maior envergadura abroham. Pontualmente, aqui e ali, dão sinal de que a ciência geográfica indígena está se mobilizando para sanear os espaços em branco, onde o pesquisador deve cultivar as reflexões sobre história, teoria ... e história das teorias. São tímidos estes empreendimentos, mas têm se manifestado em espaços de tempo cada vez mais curtos. Nos referimos aos trabalhos de pesquisa de alguns Professores Doutores, cujos nomes despontam na cena doméstica (Dirce M. A. Suertegaray, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo C. da C. Gomes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Antonio C. Vitte, da Universidade Estadual de Campinas, Mônica S. Machado, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, entre outros). Trabalhos estes que, ocasionalmente, são estopim à eclosão de obras comunitárias (MENDONÇA; KOZEL, 2002; VITTE, 2007). Assim, polarizando disposições semelhantes – sobretudo as demonstradas por pós-graduandos, uma promissora nova geração (MARANDOLA JUNIOR, 2005; LAMEGO, 2006) –, eles nos parecem ser o prenúncio de dias melhores.

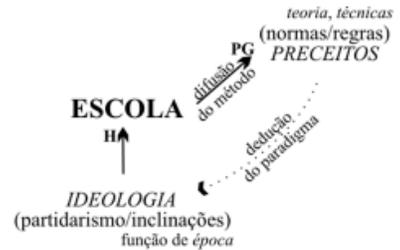
APÊNDICE 1: FIGURAS E ESQUEMAS PELOS QUAIS QUI SEMOS RESUMIR INFORMAÇÕES-CHAVE



Tese idiográfica

Dois lugares (L), num tempo dado (t), apesar de poderem contar com a manifestação de grupo de fenômenos semelhantes (f), adquirem fisionomia única, posto que raramente a combinação se repetirá em termos de intensidade e peso relativo dos mesmos fenômenos.

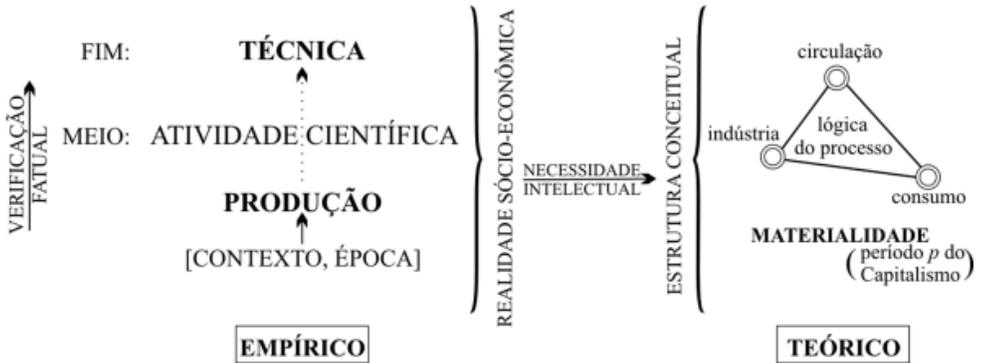
(Semana 3)



Sociologia do conhecimento

Toda *démarche* científica fundamenta-se numa sintaxe lógica, quase independente, de conceitos e de procedimentos. Ainda assim, indiretamente, ela está condicionada pelo contexto histórico, pois que as instituições suas difusoras não podem se desconectar da atmosfera social.

(Semana 3)

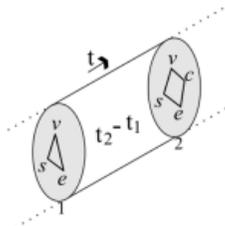


Materialismo histórico e científico

A ciência progride no sentido de sofisticar os meios úteis à produção. Esta é orientada por interesses de agentes e circunstâncias, cuja representação teórica precisaria alertar para a ocorrência de contradições e desigualdades.

(Semana 5)

Figura 1 – Uma tese da Geografia clássica e noções gerais de sociologia da ciência



Probabilidade forma-processo

A cada seção transversal no tempo, o espaço estampa um padrão de elementos coordenados (por exemplo, relativos a solo, vegetação, exploração econômica, tipologia climática). Cabe à abordagem teórica prognosticar “futuros possíveis”, em função de um modelo de processo espacial que vai estimar, inclusive, mudanças no peso relativo desses elementos na composição de formas sucessivas.

(Semana 6)

contexto histórico	autores & obras
características gerais	virtudes & senões
TRECHOS ILUSTRATIVOS	MATRIZ DE RESPOSTAS



Empréstimo consciente

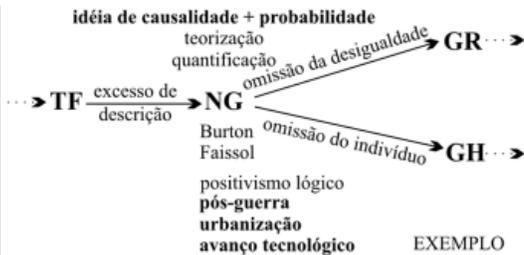
Um uso mais racional de modelagem teórica desenvolvida em e para realidades estrangeiras pede a ciência de que, em não havendo uma análise criteriosa dos parâmetros e hipóteses sob os quais se estrutura o modelo, o descuido pode levar a pressuposições incompatíveis com o caso doméstico.

(Semana 6)

Matriz 5x4

Na “Avaliação 1”, exercício de correlacionar aos trechos textuais (ilustrativos de cinco formas de pensamento geográfico) quatro tipos de informação distintiva.

(Semana 8)



Modelo de evolução

Trabalhando com dados de várias ordens (histórica, metodológica, etc.), construiu-se um gráfico sequencial que representa, aproximadamente, a evolução dos pg's. Uma Nova Geografia (NG) posterior à tradição francesa (TF) e antecedendo as empresas radical (GR) e humanística (GH), por exemplo.

(Semana 15)

Figura 2 – Uma tese da Geografia teórica, ciência ponderada e atividades de avaliação

APÊNDICE 2: OS QUADROS TEMÁTICOS (QT_e) SEMANAIS E SUAS SÍNTESES TÓPICAS (ST_o)

Semana 1:

- (QT_e) Apresentação do conteúdo programático (dois blocos de leitura): *História da Geografia em Panorâmica I*; *História da Geografia em Panorâmica II*; *Ambientalismo e Percepção*; *Teoria Crítica*; *Quantificação e Modelos Análogos*; *Incorporações Clássicas* (bloco um, de autores brasileiros); *Geografia e "Lugar Íntimo"*; *Geografia e Crítica à "Visão Externalista"*; *Teorização na Geografia*; *Excepcionalismo na Geografia* (bloco dois).
- (ST_o) Informações preliminares: o papel do contexto na formação intelectual dos autores; o estudo evolutivo pelo método da ordem inversa; a sistematização das escolas como um recurso que simplifica o real; enunciações alternativas para o objeto de estudo da Geografia; as técnicas a serem utilizadas em sala de aula (identificação das idéias gerais imersas nos textos; grifo das características vinculáveis às escolas, para posterior análise comparativa).

Semana 2:

- (QT_e) Panorâmica I (versão francesa da evolução da Geografia).
- (ST_o) Primeiro texto-síntese: heranças do passado; "história moderna" da Geografia; período entre as décadas de trinta e sessenta do século vinte; "vozes discordantes"; abordagens etnográficas e inquietudes contemporâneas.

Semana 3:

- (QT_e) Panorâmica II (versão brasileira da evolução da Geografia).
- (ST_o) Segundo texto-síntese: a função das linhas teóricas e o quadro (mesclado) contemporâneo; a sistematização da disciplina e a chamada fase "tradicional" (dicotomias e heranças franco-germânicas); a etapa do retorno às teorizações e os tratamentos matemáticos; o anti-positivismo nas tendências subjetivista e radical; diagnoses no contexto recente (há "uma" resolução metodológica?); exercício de confronto (discurso brasileiro versus discurso francês).

Semana 4 (anos-referência 2003 e 1996):

- (QT_e) Pg's brasileiros I ("ambientalista" – mas com traços de miscigenação – e "comportamental").
- (ST_o) Pensamentos geográficos tocados pela relação sociedade-natureza e pelo psicologismo inerente à relação indivíduo-lugar: paisagem como herança; idéia de instabilidade paisagística; pesquisas alienígena e doméstica; conceito de integração zonal das variáveis físicas; discurso descritivo adjetivado; consciência de antropismo modificador; reconhecimento de qualidades e deficiências ambientais; planejamento urbano; educação e revitalização ambiental; potencial explanatório das formas estéticas.

Semana 5 (ano-referência 1989):

- (QT_e) Pg's brasileiros II (teoria crítica num discurso brasileiro, sócio-econômico).
- (ST_o) Exame de pensamento crítico-radical à base de texto não evidentemente voltado para o debate epistemológico ou historiográfico: interdependência ciência-técnica; (re)organização do espaço como resposta a demandas produtivas; o projeto capitalista

reformulado; novas formas tecnológicas e o "contágio do capital"; circuitos inferior e superior da economia; alienação das divisões social e territorial do trabalho; "o financeiro" na compreensão de como o espaço se organiza; modernização desigual e dependência viciosa pobreza!riqueza.

Semana 6 (ano-referência 1987):

- (Qt_c) *Pg's* brasileiros III (a lição teórica absorvida, difundida, preservada).
- (St_c) Potencial e riscos da quantificação e demais modelagens abstratas (argumentos e contra-argumentos, num contexto de "reavaliação"): teoria e abstração (o vínculo natural); papel funcional das matemáticas; o método e o usuário do método (a orientação ideológica de um, implica a do outro?); da possibilidade de "otimizar", em funções matemáticas, também variáveis de interesse e relevância sociais.

Semana 7 (anos-referência 1949, 1943 e 1939):

- (Qt_c) *Pg's* brasileiros IV (retrato de um pensamento autônomo, em formação).
- (St_c) Orientações teórico-metodológicas "clássicas" identificadas em Noticiários, publicados em fascículos estreates de periódicos nacionais: importância das "sinopses regionais" para o reconhecimento do território brasileiro; evolução nos métodos (os quatro "princípios" da Geografia Moderna); o projeto de conjugar diletantismo e pragmatismo; os três grandes troncos temáticos (quadro físico, quadro humano e Brasil); privilégio dos estudos corográficos; exigência do conhecimento de saberes próprios das ciências naturais (geológico, botânico, físico-químico); explicação das ocupações e atividades humanas pelo "gênero de vida".

Semana 8:

- (Qt_c) Sistematização de conteúdos.
- (St_c) Teste de conhecimentos apreendidos (5 pontos): associação de quatro informações (identificadas por signos distintos) mais logicamente concernentes a cada uma de cinco escolas de pensamento; composição de "matriz de símbolos" (um quadro, ao final, definidor de distinções inter-escolares).

Semana 9 (ano-referência 1977):

- (Qt_c) Autores-chave I (Geografia do "lugar íntimo").
- (St_c) Leitura de um texto ilustrativo dos recursos que, embora atípicos na pesquisa científica mais corrente, alguns autores agremiados à Geografia da Percepção defendem como também úteis a executá-la: "lugares íntimos" e o espaço do simbólico; espaços funcionais versus lugares de experiência espontânea; o registro palpável das formas e o significado das mesmas; as linguagens estéticas como recurso possível na expressão de sensações genuínas.

Semana 10 (ano-referência 1965):

- (Qt_c) Autores-chave II (Geografia da "tomada de consciência").
- (St_c) Análise de um capítulo de livro comprometido a desqualificar a "visão externalista" do desenvolvimento: caracteres abstratos do subdesenvolvimento; combinação de fatores como indutora do fenômeno sócio-econômico; o papel da "internalidade" na determinação do estado de desenvolvimento.

Semana 11 (ano-referência 1963):

- (Qt_e) Autores-chave III (Geografia do "rigor teórico").
- (St_e) Leitura de artigo vinculado ao movimento de renovação metodológica – um documento pertinente por, em respectiva seara epistêmica, ilustrar o desejo explícito de induzir o geógrafo a explanar por meio de teorias: a revolução quantitativa (características e conseqüências); quantificação como recurso inerente à análise científica (pois esta requer teoria, testável por técnicas quantitativas); desnecessário que sejam indígenas ou exclusivistas, as teorias empregadas pela Geografia.

Semana 12 (ano-referência 1913):

- (Qt_e) Autores-chave IV (Geografia "descritora de combinações locais").
- (St_e) Identificação de elementos característicos da escola idiográfica, a partir de texto (uma Aula Inaugural transcrita) veículo de discurso "excepcionalista": a relevância do método descritivo; combinação de fenômenos definindo os lugares; Geografia como ciência natural – podendo se servir, portanto, de leis biológicas e físicas; porque as leis se combinam diferentemente, as paisagens diferem-se arealmente (jamais se replicando, pois).

Semana 13:

- (Qt_e) Sistematização de conteúdos.
- (St_e) Dissertação de conhecimentos apreendidos (4 pontos): composição de uma lauda (conforme orientações técnicas para sumular textos sem perda de coerência) que deveria compreender quatro dados minimamente apreciados; oferecidos quatro grupos de quatro dados, os alunos redigiriam suas sinopses escolhendo apenas um deles.

Semana 14:

- (Qt_e) Pesquisa e comunicação oral, em grupo.
- (St_e) Sondagem de obra de referência e compartilhamento do assunto investigado (1 ponto): distribuídos em cinco grupos, os alunos inspecionaram um respectivo livro (de teor bastante conectado a dada escola de *pg*, atinente); inspeção esta guiada por uma indagação, respondendo à qual enriqueceriam seu entendimento acerca das escolas.

Semana 15:

- (Qt_e) Revisão, pela feitura de esquema gráfico.
- (St_e) Confecção de um organograma, mostuário de elementos associativos que servisse de fonte (codificada) para consultas expeditas: as escolas nacionais; as escolas de pensamento; os nomes-chave; os substratos filosóficos; as causas de ruptura; as qualidades emergentes; os contextos promotores; as peculiaridades genéricas.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. Potencialidades paisagísticas brasileiras. In: _____. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 9-26.
- AGB. O ensino de geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 3, p. 76-83, out. 1949.
- AMORIM FILHO, O. B. **Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia**. Belo Horizonte: UFMG, 1976. 109p.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. 143p.
- BAILLY, A. (Dir.). **Les concepts de la géographie humaine**. 5. ed. Paris: Armand Colin, 2004. 333p.
- BAILLY, A.; FERRAS, R. **Éléments d'épistémologie de la géographie**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2001. 191p.
- BLACHE, P. V. de la. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 37-47.
- BRUNHES, J. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 507p.
- BURTON, I. A revolução quantitativa e a geografia teórica. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 7, n. 13, p. 63-84, 1977.
- CAMARGO, J. C. G.; BRAY, S. C. Transformações e tendências da ciência geográfica. **Documentos da ARGeo**, Rio Claro, n. 9, p. 1-56, 1984.
- CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In: _____. (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 11-36.
- _____. (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. 318 p.
- CLAVAL, P. **Histoire de la géographie**. Paris: PUF, 1995. 128p. (coll. Que sais-je?, n. 65).
- _____. Histoire de la géographie. In: BAILLY, A. (Dir.). **Les concepts de la géographie humaine**. 5. ed. Paris: Armand Colin, 2004. p. 37-49.
- CLIFFORD, N.; VALENTINE, G. (Ed.). **Key methods in geography**. London: Sage, 2003. 250p.
- DENEUX, J.-F. **Histoire de la pensée géographique**. Paris: Belin, 2006. 255p.
- FAISSOL, S. A geografia na década de 80; os velhos dilemas e as novas soluções. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 7-37, jul./set. 1987.
- FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986. 142p.
- HAGGETT, P.; CHORLEY, R. J. Modelos, paradigmas e a nova geografia. In: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. **Modelos integrados em geografia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974. p. 1-22.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291p.
- HOLLOWAY, S. L.; RICE, S. P.; VALENTINE, G. (Ed.). **Key concepts in geography**. London: Sage, 2003. 360p.
- HUBBARD, P.; KITCHIN, R.; VALENTINE, G. (Ed.). **Key thinkers on space and place**. London: Sage, 2004. 356p.
- IBGE. Apresentação. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-6, jan. 1939.
- _____. Programas de geografia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 30-33, mai. 1943.
- JOHNSTON, R. J. **Philosophy and human geography**: an introduction to contemporary approaches. London: Edward Arnold, 1983. 152p.

- _____. **Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945.** São Paulo: DIFEL, 1986. 359p.
- LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento.** São Paulo: DIFEL, 1966. 264p.
- LAMEGO, M. **Positivismo lógico e geografia.** Uma interpretação da relação entre o Círculo de Viena e a geografia quantitativa. 2006. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.
- MARANDOLA JUNIOR, E. J. Humanismo e a abordagem cultural em geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-420, set./dez. 2005.
- MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: UFPR, 2002. 265p.
- MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. (Org.). **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales).** 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1994. 545p.
- MONTEIRO, C. A. de F. **A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências.** São Paulo: USP, 1980. 156p. (Teses e Monografias, n. 37).
- MORAES, A. C. R. de. **Geografia, pequena história crítica.** São Paulo: HUCITEC, 1981. 138p.
- _____. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: HUCITEC, 1989. 205p.
- MOREIRA, R. **O que é geografia.** São Paulo: Brasiliense, 1981. 113p. (Primeiros Passos).
- RELPH, E. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, 1987. 245p.
- RIO, V. del.; OLIVEIRA, L. de. Apresentação. In: RIO, V. del.; OLIVEIRA, L. de. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. ix-xvii.
- RITTER, K. La organización del espacio en la superficie del globo y su función en el desarrollo histórico. In: MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales).** Madrid: Alianza Editorial, 1982. p. 168-177.
- SANTOS, M. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 67, p. 5-16, 1ºsem. 1989.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004, 218p.
- TUAN, Y.-F. Experiências íntimas com lugar. In: _____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983, p. 151-164.
- VALVERDE, O. Evolução da geografia brasileira no pós-guerra (Carta aberta de Orlando a Orlando). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 5-20, 1983/1984.
- VITTE, A. C. (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 290p.

DANTE FLÁVIO DA COSTA REIS JÚNIOR

(Doutor em Ciências, Unicamp – E-mail: dante.reis.jr@gmail.com)